



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Núcleo de Estudos de Saúde Pública - NESP
Programa de Políticas de Recursos Humanos de Saúde - POLRHS

Subsídios para o Plano de Reordenamento dos Recursos Humanos no âmbito do Ministério da Saúde

Análise da Evolução das Despesas com Pessoal da União:
1995-2003¹

RELATÓRIO

Brasília-DF
Novembro/2004

¹ Este texto faz parte da produção do Observatório de Recursos Humanos em Saúde (NESP/CEAM/UnB), que conta com patrocínio do programa de cooperação OPAS/Ministério da Saúde. Pode ser encontrado na categoria *Gestão* da seção *Projetos e Estudos* do sítio web: <http://www.observarh.org.br/nesp>. Contribuições e sugestões podem ser enviadas para o endereço eletrônico: observarh.unb@observarh.org.br.

1. Introdução

O presente relatório tem por objetivo analisar a composição e a evolução das despesas com Pessoal da União no período de 1995 a 2003. Também faz parte do escopo do trabalho uma análise dessas despesas em relação aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A composição das despesas com Pessoal da União centra-se no desmembramento dos gastos segundo o tipo de vínculo do servidor – ativo, inativo ou instituidor de pensão – e/ou pelos Poderes da União – Poderes Executivo, Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União (TCU), Judiciário e o Ministério Público da União (MPU)². Já a análise evolutiva centra-se na relação temporal dessas despesas com indicadores macroeconômicos e nas mudanças de composição observadas.

Neste sentido, o trabalho divide-se em 5 seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, as despesas com Pessoal da União serão avaliadas em termos agregados e medidas em relação ao PIB e ao total da despesa efetiva do governo federal. Já na seção 3, essas despesas serão analisadas segundo os poderes da União e os tipos de vínculo. Por sua vez, na seção 4 analisar-se-á as despesas com o pagamento de Pessoal em relação às restrições impostas pela LRF. Finalmente, na seção 5 serão apresentadas as considerações finais. A bibliografia e os Anexos são apresentados na seqüência.

2. Despesas com Pessoal da União: análise macroeconômica

Nesta seção as despesas com Pessoal serão avaliadas em termos agregados, sendo sua evolução comparada com as trajetórias do PIB e da despesa efetiva do governo federal. Conceitualmente, a despesa efetiva do governo federal equivale ao total do gasto federal, excluídas as transferências intragovernamentais³. A despesa efetiva, por sua vez, pode ser dividida em: (i) despesa financeira, onde são computados os gastos com o pagamento de amortização e de juros e encargos das dívidas interna e externa; (ii) e despesa não-financeira, onde são contabilizados os demais gastos da União, inclusive as despesas com o pagamento de Pessoal. Visto isso, a Tabela 1, a seguir, mostra o total das despesas com Pessoal da União e a despesa efetiva do governo federal em relação ao PIB, para o período 1995-2003.

² Em termos técnicos, a análise pela ótica da composição significa trabalhar com os Órgãos e com a natureza de despesa da classificação funcional-programática. A identificação dos Poderes da União se dá pela divisão e agrupamento dos Órgãos do governo federal, enquanto o tipo de vínculo é identificado pela filtragem do Grupo de Despesa *Pessoal e Encargos Sociais* e pela separação e agrupamento do gasto por Elemento de Despesa.

³ Ou seja, desconsiderados os deslocamentos de recursos entre instâncias da esfera federal.

Tabela 1 – Evolução do total das despesas com Pessoal da União e da despesa efetiva do governo federal em termos do PIB 1995-2003

R\$ milhões correntes

Ano	Despesa Efetiva do Governo Federal ¹				PIB	(a/b)	(b/d)	(c/d)	(a/e)	(b/e)	(c/e)	(d/e)
	Despesa não-financeira ²		Despesa financeira ³	Total								
	Despesas com Pessoal da União ⁴	Total ⁵										
(a)	(b)	(c)	(d=b+c)	(e)								
1995	37.888,9	128.630,7	112.638,8	241.269,6	646.191,5	29,5%	53,3%	46,7%	5,9%	19,9%	17,4%	37,3%
1996	40.562,0	151.200,8	135.776,1	286.976,9	778.886,7	26,8%	52,7%	47,3%	5,2%	19,4%	17,4%	36,8%
1997	44.529,7	221.706,9	168.872,3	390.579,2	870.743,0	20,1%	56,8%	43,2%	5,1%	25,5%	19,4%	44,9%
1998	47.842,8	246.146,6	251.769,7	497.916,3	914.187,9	19,4%	49,4%	50,6%	5,2%	26,9%	27,5%	54,5%
1999	51.542,2	246.640,3	341.744,1	588.384,4	973.846,0	20,9%	41,9%	58,1%	5,3%	25,3%	35,1%	60,4%
2000	58.253,6	232.485,3	383.702,1	616.187,3	1.101.255,1	25,1%	37,7%	62,3%	5,3%	21,1%	34,8%	56,0%
2001	65.397,6	271.388,3	327.497,8	598.886,1	1.198.736,2	24,1%	45,3%	54,7%	5,5%	22,6%	27,3%	50,0%
2002	74.933,4	314.875,1	360.053,0	674.928,1	1.346.027,6	23,8%	46,7%	53,3%	5,6%	23,4%	26,7%	50,1%
2003	78.915,2	348.106,3	528.351,5	876.457,8	1.514.923,9	22,7%	39,7%	60,3%	5,2%	23,0%	34,9%	57,9%

Fonte: SOF/SIDOR, para as despesas; IBGE, para o PIB.

Notas: ¹ - A Despesa efetiva equivale à despesa total do governo federal, excluídas as transferências intragovernamentais.

² - A Despesa não-financeira é igual à diferença entre a despesa efetiva e a despesa financeira.

³ - A Despesa financeira é igual às despesas com juros, amortização e encargos das dívidas interna e externa.

⁴ - As despesas com Pessoal abrangem as despesas de todos os Poderes da União e de todos os tipos de vínculo.

⁵ - No total das despesas não-financeiras estão incluídas as despesas com Pessoal da União.

A partir desses dados, pode-se observar que as despesas com o pagamento de Pessoal da União variam consideravelmente em relação às despesas não-financeiras – relação (a/b). Após uma forte queda inicial e um período de relativa estabilidade dessa relação, que se estende até 1999, verifica-se uma retomada em 2000. Entretanto, a partir daquele ano a proporção dos gastos não-financeiros destinados às despesas com Pessoal volta a decrescer, embora esse decréscimo seja bem mais moderado do que aquele observado inicialmente.

Uma outra observação é que a queda inicial na proporção dos gastos não-financeiros destinados ao pagamento de Pessoal – relação (a/b) – não parece estar associada a uma contração dos gastos não-financeiros em relação à despesa efetiva do governo federal – relação (b/c). Em outras palavras, entre 1995 e 1998 a proporção dos gastos não-financeiros no total da despesa efetiva mantém-se relativamente estável, mas nesse ínterim as despesas com Pessoal contraem em termos relativos. Isso significa que, de 1995 a 1998, a parcela do orçamento federal menos “engessada⁴” era mais representativa dentro dos gastos não-financeiros.

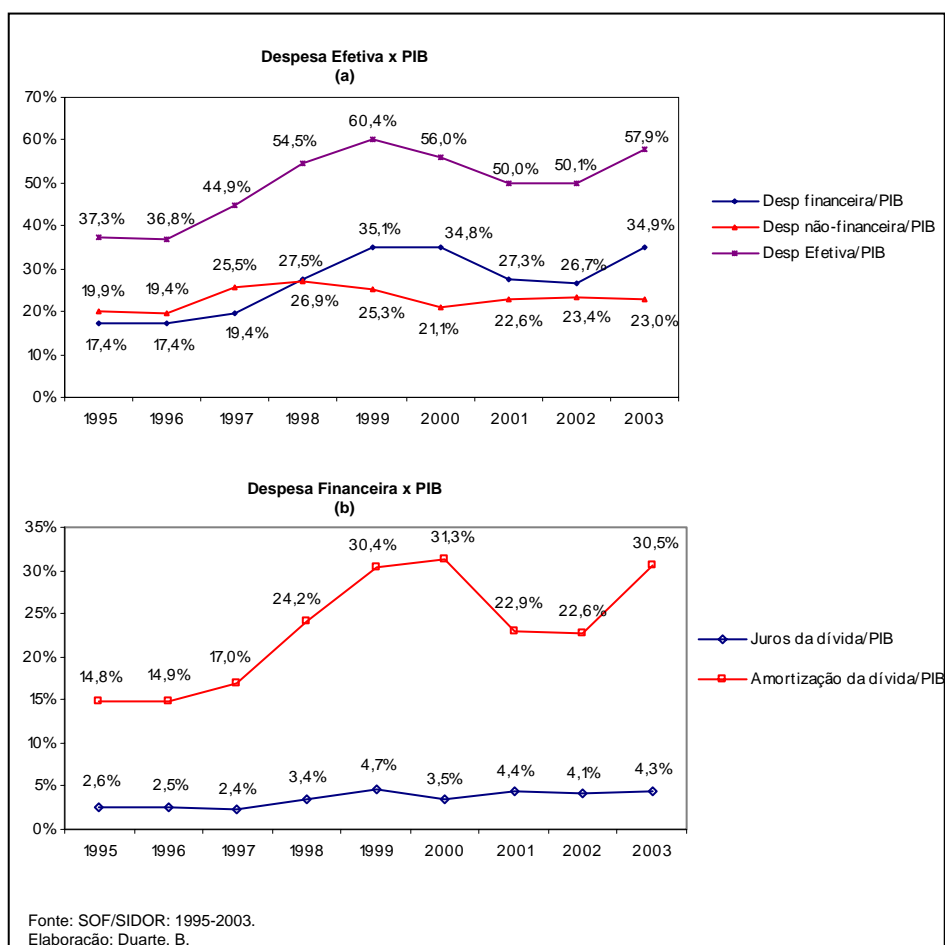
Por outro lado, a partir de 1999 o gasto financeiro passa a ser mais representativo no total da despesa efetiva – relação (c/d) – e, por conseguinte, os gastos não-financeiros passam a representar cada vez menos do total da despesa efetiva. Porém, nesse período, e salvo algumas oscilações, o gasto não-financeiro destinado às despesas com Pessoal mantém-se relativamente estável – embora a taxas decrescentes. Dito de outro modo, o governo federal passa a priorizar cada vez mais o pagamento a credores internos e externos, ao mesmo

⁴ A parcela do orçamento federal destinada aos gastos financeiros e às despesas com Pessoal é mais “engessada”, isto é, de certo modo não permite realocações ou reorientação de prioridades. Por outro lado, os gastos não-financeiros que não se referem ao pagamento de Pessoal são mais “livres”, ou seja, a possibilidade de remanejamento de recursos de um programa para outro é bem maior.

tempo em que, grosso modo, mantém relativamente estável o nível de despesas com Pessoal. Isso significa, portanto, que a partir de 1999 a parcela do orçamento federal menos “engessada⁵” passa a ser menos representativa dentro dos gastos não-financeiros.

Já em relação ao PIB, as despesas com Pessoal da União mantêm-se relativamente estáveis ao longo da série, embora essa relação decresça – relação (a/e). Por outro lado, a despesa efetiva do governo federal cresce consideravelmente em relação à produção interna – relação (d/e) –, mas esse crescimento está mais relacionado a um aumento dos gastos destinados ao cumprimento de contratos das dívidas interna e externa, do que a um aumento das despesas não-financeiras, conforme se pode ver pelo Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Evolução da despesa efetiva e financeira do governo federal em termos do PIB
1995-2003**



Assim, pelo Gráfico 1 (a) se pode observar que a trajetória de crescimento da despesa efetiva em relação ao PIB é similar ao movimento das despesas financeiras, enquanto a variação da despesa não-financeira, onde estão computados os gastos com o pagamento de Pessoal, é menos intensa. Por sua vez, desmembrando-se a despesa efetiva do governo

⁵ Vide nota explicativa anterior.

federal, conforme o Gráfico 1 (b), constata-se que grande parte daquela variação deriva de despesas relacionadas à rolagem – amortização – das dívidas. O pagamento de juros e encargos da dívida, que reflete o verdadeiro custo das dívidas assumidas, também cresce em relação ao PIB, embora esse crescimento seja bem mais sutil.

3. Despesas com Pessoal da União: análise evolutiva da composição

Uma análise da composição das despesas com Pessoal requer desagregar os gastos segundo os Poderes da União e o tipo de vínculo do servidor. Neste sentido, a Tabela 2, a seguir, apresenta as despesas com Pessoal da União para o período de 1995 a 2003, segundo os Poderes e o tipo de vínculo, com valores deflacionados pelo IPCA mensal para dezembro de 2003⁶.

Tabela 2 – Despesas com pessoal da União, segundo o tipo de vínculo e Poderes 1995-2003

		R\$ milhões constantes (IPCA dez/2003)								
Poderes da União	Despesas com Pessoal	Evolução anual das despesas com Pessoal								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Executivo	Ativos	38.787,4	34.260,0	33.633,1	32.733,3	32.662,5	35.985,8	35.969,7	40.328,3	35.204,5
	Inativos	18.181,3	17.569,5	17.779,3	19.166,0	20.100,4	19.565,7	21.203,2	20.672,7	19.933,6
	Pensionistas	8.614,8	8.242,6	8.777,8	9.770,7	10.453,1	10.610,8	11.315,1	11.520,5	10.856,7
	Total	65.583,5	60.072,2	60.190,2	61.670,0	63.216,1	66.162,3	68.488,0	72.521,6	65.994,9
Legislativo	Ativos	1.757,1	1.772,1	1.956,5	1.945,7	1.924,2	1.864,4	2.170,7	2.311,6	2.453,6
	Inativos	497,3	543,1	600,1	700,3	746,6	726,3	734,4	862,3	880,0
	Pensionistas	104,7	119,5	137,9	143,5	168,9	170,9	175,9	219,8	229,7
	Total	2.359,1	2.434,7	2.694,5	2.789,4	2.839,8	2.761,5	3.081,0	3.393,8	3.563,3
Judiciário	Ativos	4.112,2	4.123,6	5.201,4	6.134,7	6.378,6	7.441,6	8.581,8	8.551,4	7.739,0
	Inativos	1.043,3	1.020,8	1.253,6	1.514,8	1.662,1	1.726,4	1.744,1	1.826,7	1.801,8
	Pensionistas	232,5	219,2	251,4	285,1	310,1	332,3	351,9	398,7	411,7
	Total	5.388,0	5.363,7	6.706,5	7.934,6	8.350,7	9.500,3	10.677,9	10.776,9	9.952,5
MPU	Ativos	420,1	396,3	488,5	625,4	504,8	683,2	788,4	880,1	1.048,1
	Inativos	111,7	111,9	114,1	126,5	122,7	160,9	172,1	188,4	190,5
	Pensionistas	30,8	28,9	27,6	31,0	31,9	38,3	43,9	51,5	54,2
	Total	562,6	537,0	630,3	782,9	659,4	882,4	1.004,4	1.120,1	1.292,8
Total	Ativos	45.076,8	40.552,0	41.279,5	41.439,1	41.470,1	45.974,9	47.510,7	52.071,4	46.445,2
	Inativos	19.833,6	19.245,4	19.747,2	21.507,6	22.631,8	22.179,3	23.853,7	23.550,2	22.806,0
	Pensionistas	8.982,8	8.610,3	9.194,8	10.230,3	10.964,0	11.152,3	11.886,8	12.190,6	11.552,2
	Total	73.893,2	68.407,7	70.221,4	73.177,0	75.065,9	79.306,5	83.251,2	87.812,3	80.803,4

Fonte: SOF/SIDOR 1995-2003.

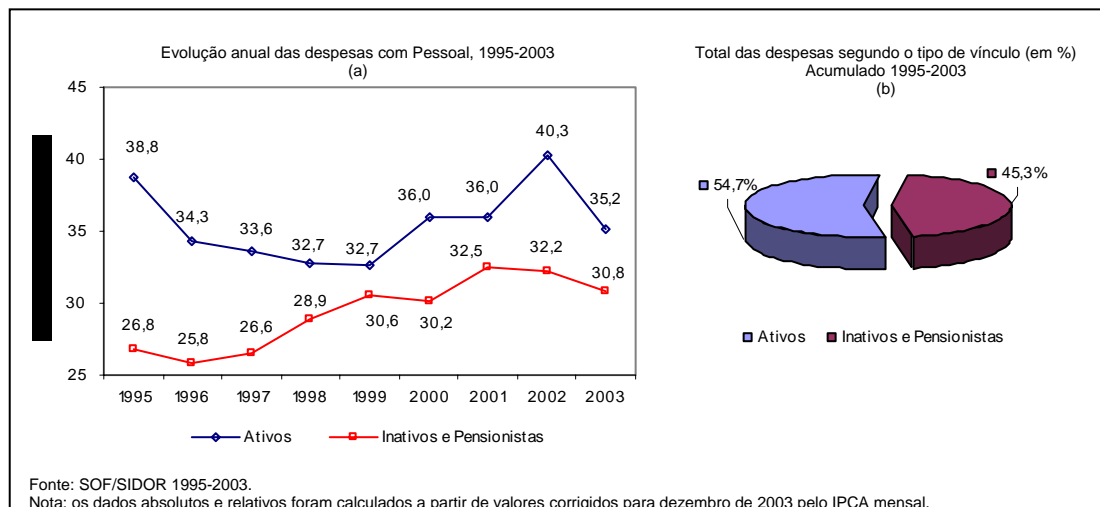
Nota: estão inclusos nas despesas do Poder Executivo os gastos com Pessoal do DF e Territórios custeados pela União.

Dessa forma, em relação ao Poder Executivo, observa-se que o volume de gastos em favor de servidores ativos declina até 1999, quando se recupera e mantém-se relativamente estável, mas a um nível menor que o verificado no início do período – à exceção de 2002, com alta elevação no volume de gastos, que pode ser explicada por um aumento real do

⁶ A correção dos preços pelo IPCA foi adotada tendo em vista ser este o índice oficial de inflação do governo. Além disso, este índice reflete o custo do consumo das famílias, que, *a priori*, é em parte financiado pelos recursos advindos das despesas com o pagamento de Pessoal. Esses mesmos dados são apresentados em valores correntes na Tabela A1, no Anexo.

pagamento de precatórios⁷ e de despesas de exercícios anteriores, em relação a 2001. Por outro lado, as despesas com inativos e pensionistas cresce durante o período, diminuindo a diferença em relação ao volume das despesas com servidores ativos. Considerando todo o período entre 1995 e 2003, observa-se que 54,7% dos gastos foram destinados a servidores ativos e 45,3%, com o pagamento de inativos e de pensionistas. Essas informações são resumidas no Gráfico 2, a seguir.

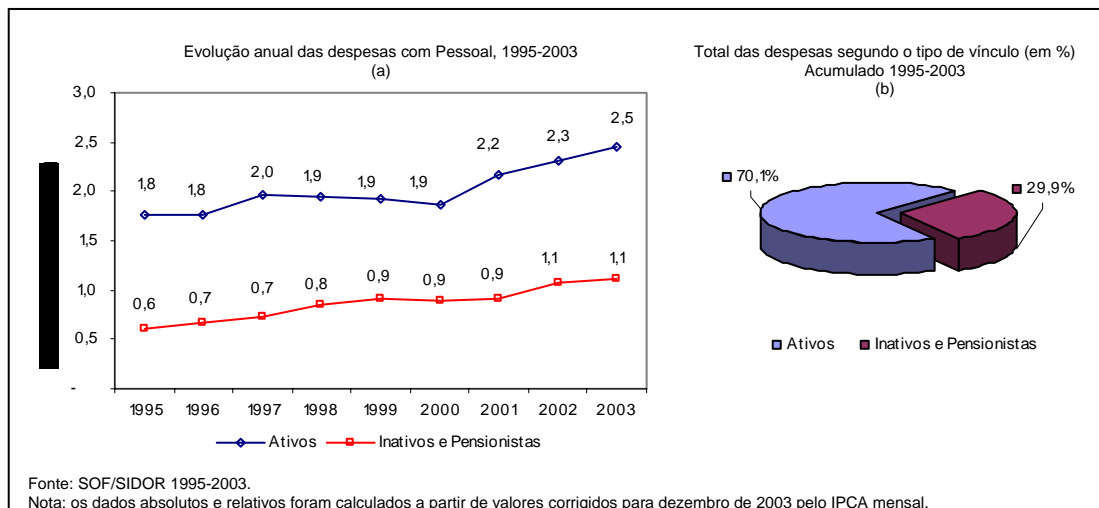
Gráfico 2 – Evolução da despesa com Pessoal, Poder Executivo 1995-2003



Por sua vez, em relação ao Poder Legislativo, tanto as despesas com servidores ativos como os gastos com o pagamento de inativos e pensionistas crescem em termos reais durante o período. Por outro lado, considerando todo o período compreendido entre 1995 e 2003, pode-se observar que 70,1% as despesas com Pessoal deste Poder foram destinadas a gastos com servidores ativos, ficando a diferença para o pagamento de inativos e pensionistas, conforme se pode ver pelo Gráfico 3, a seguir.

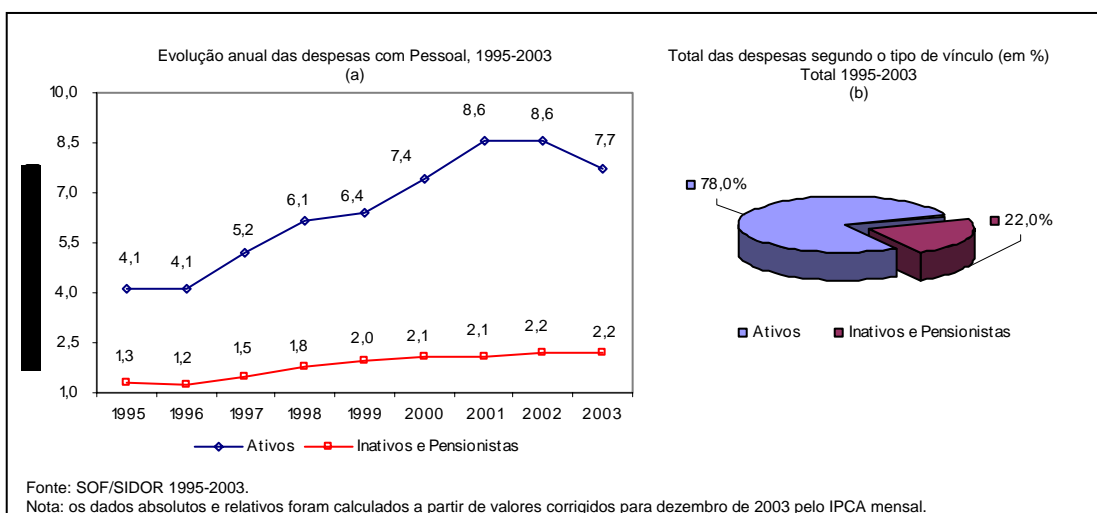
⁷ Decisões judiciais, identificadas pelo elemento de Despesa nº 91 no Grupo de Despesa *Pessoal e Encargos Sociais*.

Gráfico 3 – Evolução da despesa com Pessoal, Poder Legislativo 1995-2003



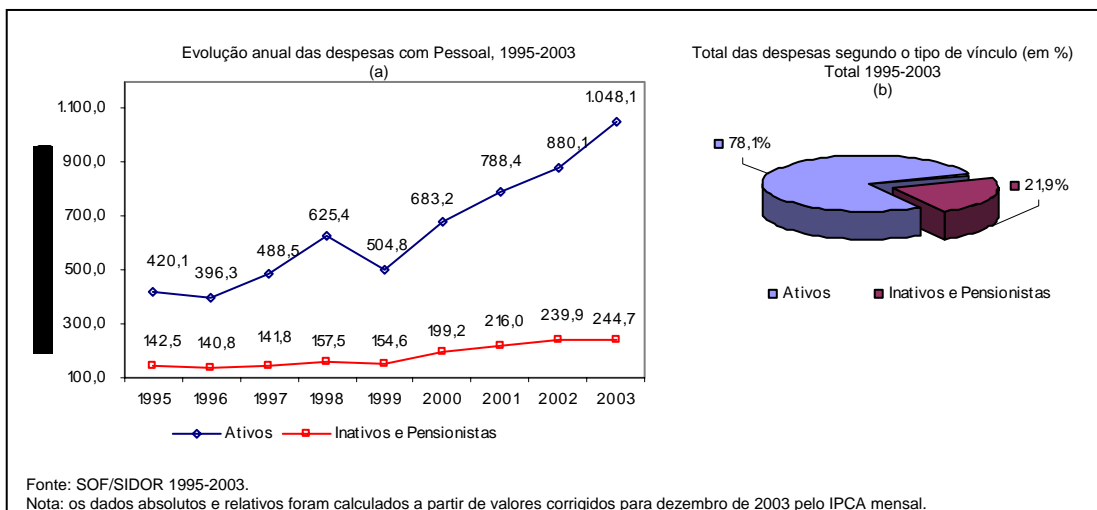
Já em relação ao Poder Judiciário, observa-se que as despesas com servidores ativos crescem em termos reais até 2001, mantendo-se estáveis em 2002 e decaindo em 2003. Por outro lado, os gastos com o pagamento de inativos e pensionistas, embora também cresçam em termos reais durante o período, mantêm-se relativamente estáveis de 1999 em diante. Em relação à representatividade no total das despesas do período entre 1995 e 2003, pode-se observar que, assim como no caso do Poder Legislativo, o volume de despesas em favor dos servidores ativos é muito maior que a magnitude gasto com o pagamento de inativos e pensionistas – 78,0% e 22,0%, respectivamente. Essas informações são apresentadas no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 – Evolução da despesa com Pessoal, Poder Judiciário 1995-2003



Finalmente, em relação ao Ministério Público da União (MPU), observa-se que tanto os gastos em favor dos servidores ativos como as despesas com o pagamento de inativos e pensionistas crescem em termos reais durante o período, embora a trajetória de crescimento das despesas com ativos seja muito maior. Além disso, considerando todo o período entre 1995 e 2003, assim como no caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, o volume das despesas com servidores ativos é muito maior que a magnitude de gastos com o pagamento de inativos e pensionistas, conforme se pode ver pelo Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 – Evolução da despesa com Pessoal, Ministério Público da União 1995-2003

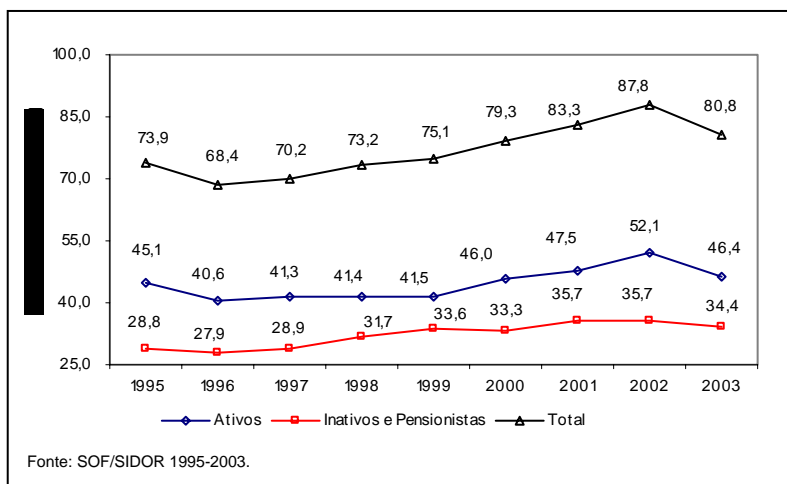


Visto isso, observando a tendência do período como um todo, conforme se pode ver pelo Gráfico 6, a seguir, uma análise apenas segundo o tipo de vínculo⁸ indica um crescimento das despesas com o pagamento de inativos e uma relativa estabilidade dos gastos com servidores ativos – embora se observe uma retomada no nível de gastos a partir de 2000. O pico, em termos de gasto, observado em 2002 pode ser explicado pelo aumento real, em relação ao ano 2001, de mais de 100% com pagamento de precatórios⁹ e de quase 50% com despesas de exercícios anteriores.

⁸ Considerando-se todos os Poderes da União.

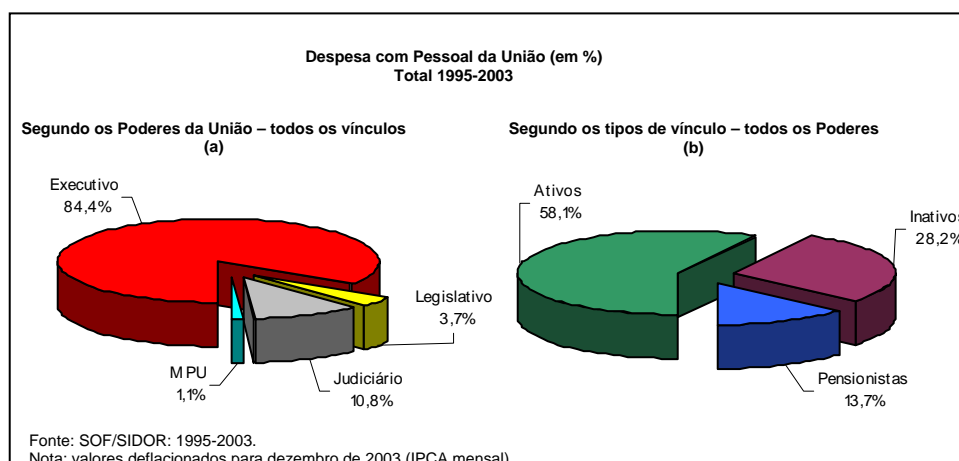
⁹ Decisões judiciais, identificadas pelo elemento de Despesa nº 91 no Grupo de Despesa *Pessoal e Encargos Sociais*.

**Gráfico 6 – Evolução da despesa com Pessoal, todos os Poderes da União
1995-2003**



Em suma, uma análise apenas em termos do volume de recursos revela que a variação média real na magnitude das despesas com Pessoal do Poder Executivo é de apenas 0,6%, enquanto nos demais poderes ela pode chegar a 129,8% (MPU), 84,7% (Judiciário) ou 51,0% (Legislativo). Considerando, por sua vez, o total das despesas com Pessoal da União, a variação média real no volume de recursos chega a 9,4% no período, o que pode ser considerado um crescimento moderado frente às variações mencionadas. Porém, como o volume de despesas com Pessoal do Poder Executivo permaneceu estagnado e este é muito maior do que o dos demais poderes, conforme explicitado no Gráfico 7, a seguir, a variação total das despesas não poderia ser muito diferente da observada.

**Gráfico 7 – Despesas com Pessoal da União segundo o tipo de vínculo e Poderes (%)
Total 1995-2003**



Dessa forma, o Gráfico 7 (a) indica que mais de 80% do total das despesas com Pessoal do período compreendido entre 1995 e 2003 foram realizadas em favor de servidores e/ou dependentes ligados ao Poder Executivo, seguido de gastos com Pessoal ligado ao Poder

Judiciário. Já os gastos com Pessoal do Poder Legislativo e do Ministério Público (MPU) representam, em termos agregados, uma parcela pequena do total das despesas com Pessoal neste mesmo período.

Já decompondo as despesas com Pessoal da União apenas pelo tipo de vínculo, conforme apresentado no Gráfico 7 (b), observa-se que no período de 1995 a 2003 mais da metade de todas as despesas com Pessoal da União foi destinada a cobrir gastos em favor de servidores ativos, incluindo despesas com transferências e aplicações diretas para o pagamento de vencimentos e vantagens fixas e variáveis de Pessoal civil e militar, de obrigações patronais, de sentenças judiciais, do salário-família, de outros benefícios assistenciais, etc. Os demais gastos, por sua vez, representam despesas previdenciárias custeadas com recursos da União: o pagamento de inativos, absorvendo mais de ¼ do total dos gastos com Pessoal no período; e de pensionistas, absorvendo aquela diferença.

A análise apenas pelo volume de despesa pode ser bastante simplista, na medida em que os diferenciais na quantidade de recursos podem estar associados a diferenças no quantitativo de servidores de cada Poder. Visto isso, na Tabela 3, a seguir, apresenta-se o quantitativo de servidores de cada Poder e tipo de vínculo.

**Tabela 3 – Quantitativo de servidores da União, por Poder e tipo de vínculo
1995-2003**

Poder	Vínculo	Posição dezembro de cada ano								
		Quantitativo de Servidores Federais da União, por Poder e segundo tipo de vínculo								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1. Executivo	Ativos	894.716	883.085	857.775	795.985	823.037	819.652	789.278	740.729	783.592
	Aposentados	482.401	500.411	499.678	517.907	525.828	521.962	518.362	515.150	520.928
	Inst.Pensão	294.945	335.620	349.153	365.545	365.435	376.129	386.122	395.653	405.896
	Total	1.723.706	1.759.931	1.742.143	1.718.366	1.751.001	1.755.175	1.729.306	1.685.919	1.736.005
2. Legislativo	Ativos	17.402	17.623	19.155	18.787	21.343	19.458	19.889	20.501	22.906
	Aposentados	4.221	4.078	4.771	4.798	8.685	7.424	6.978	6.887	7.256
	Inst.Pensão	1.992	2.087	2.192	2.339	3.776	3.485	3.431	3.459	3.585
	Total	23.615	23.788	26.118	25.924	33.804	30.367	30.298	30.847	33.747
3. Judiciário	Ativos	64.561	69.646	74.504	76.207	79.677	80.932	80.899	81.716	82.057
	Aposentados	14.831	11.518	13.680	15.225	15.353	15.417	15.421	15.458	16.212
	Inst.Pensão	3.122	3.917	4.373	4.775	5.052	5.288	5.453	5.635	5.563
	Total	82.514	85.081	92.557	96.207	100.082	101.637	101.773	102.809	103.832
4. MPU	Ativos	5.225	5.475	6.816	6.937	7.061	7.324	5.901	5.859	7.670
	Aposentados	827	1.373	1.425	1.491	1.527	1.545	1.141	1.042	1.471
	Inst.Pensão	364	579	633	599	632	658	481	490	655
	Total	6.416	7.427	8.874	9.027	9.220	9.527	7.523	7.391	9.796
Total geral (1+2+3+4)	Ativos	981.904	975.829	958.250	897.916	931.118	927.366	895.967	848.805	896.225
	Aposentados	502.280	517.380	519.554	539.421	551.393	546.348	541.902	538.537	545.867
	Inst.Pensão	300.423	342.203	356.351	373.258	374.895	385.560	395.487	405.237	415.699
	Total	1.836.251	1.876.227	1.869.692	1.849.524	1.894.107	1.896.706	1.868.900	1.826.966	1.883.380
Transferências	Ativos	108.445	112.275	108.326	103.717	103.647	112.913	117.521	116.433	115.246
	Aposentados	35.301	35.167	35.497	34.151	34.332	37.241	35.388	40.060	40.266
	Inst.Pensão	33.994	21.972	20.915	20.800	22.223	22.491	22.803	24.315	24.293
	Total	177.740	169.414	164.738	158.668	160.202	172.645	175.712	180.808	179.805

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal nº 92, de janeiro de 2004.

Nota: não estão inclusos os quantitativos de servidores ativos de Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista.

Dessa forma, considerando as transferências intergovernamentais destinadas ao pagamento de servidores – ativos, inativos e instituidores de pensão – de outras esferas como parte do quantitativo de servidores do Poder Executivo, então este Poder é responsável, a cada ano,

por um custeio médio de 92,9% do total de servidores da União. Sequencialmente, em média cerca de 5,2% do quantitativo anual de servidores está vinculado ao Poder Judiciário; 1,5%, ao poder Legislativo; e 0,4%, ao MPU.

A partir das informações anteriormente apresentadas e relativas às despesas anuais com o pagamento de Pessoal e do quantitativo de servidores, por Poder e tipo de vínculo, o crescimento dos gastos pode ser associado à evolução do quantitativo de servidores. Esse procedimento permite medir o ganho real não só apenas em termos de recursos, mas em termos do gasto por servidor¹⁰. Visto isso, a Tabela 4, a seguir, apresenta a variação média real no período compreendido entre 1995 e 2003 e a taxa média de crescimento real anual segundo os Poderes da União e o tipo de vínculo, tanto em termos do volume de despesas como em termos do gasto médio por tipo de vínculo¹¹.

Tabela 4 – Variação média real no período de 1995 a 2003 e taxa média de crescimento real anual, por Poder e tipo de vínculo

Poder	Vínculo	(em %)			
		Variação no volume de despesas		Variação no volume de despesas considerando-se os quantitativos	
		Variação média real no período	Taxa média de crescimento real anual	Variação média real no período	Taxa média de crescimento real anual
1. Executivo	Ativos	-9,2%	-1,2%	1,3%	0,2%
	Aposentados	9,6%	1,2%	1,1%	0,1%
	Inst.Pensão	26,0%	2,9%	-3,6%	-0,5%
	Total	0,6%	0,1%	-0,1%	0,0%
2. Legislativo	Ativos	39,6%	4,3%	6,1%	0,7%
	Aposentados	77,0%	7,4%	2,9%	0,4%
	Inst.Pensão	119,4%	10,3%	21,9%	2,5%
	Total	51,0%	5,3%	5,7%	0,7%
3. Judiciário	Ativos	88,2%	8,2%	48,1%	5,0%
	Aposentados	72,7%	7,1%	58,0%	5,9%
	Inst.Pensão	77,1%	7,4%	-0,6%	-0,1%
	Total	84,7%	8,0%	46,8%	4,9%
4. MPU	Ativos	149,5%	12,1%	70,0%	6,9%
	Aposentados	70,5%	6,9%	-4,1%	-0,5%
	Inst.Pensão	75,9%	7,3%	-2,3%	-0,3%
	Total	129,8%	11,0%	50,5%	5,2%
Total geral	Ativos	3,0%	0,4%	11,1%	1,3%
	Aposentados	15,0%	1,8%	5,5%	0,7%
	Inst.Pensão	28,6%	3,2%	-2,3%	-0,3%
	Total	9,4%	1,1%	5,3%	0,6%

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Boletim Estatístico de Pessoal nº 92, de janeiro de 2004, para os quantitativos.

Notas: 1 - Para o cálculo das variações, as despesas foram corrigidas para dezembro de 2003 pelo IPCA mensal.

2 - O quantitativo e as despesas com transferências estão incluídas nos gastos do Poder Executivo.

3 - Não estão incluídos os quantitativos de servidores ativos de Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista.

A Tabela 4, acima, resume importantes observações¹². Assim, conforme anteriormente mencionado, a variação média real dos gastos com Pessoal da União chega a 9,4% no

¹⁰ Para detalhes sobre a média de gasto anual acumulado por servidor, segundo o Poder e o tipo de vínculo, no período compreendido entre 1995 e 2003, consultar a Tabela A2, no Anexo.

¹¹ Para detalhes sobre a variação real anual das despesas por servidor, segundo o Poder e o tipo de vínculo, no período compreendido entre 1995 e 2003, consultar a Tabela A3, no Anexo.

¹² É importante fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, a variação média real tende a ser menor quando o quantitativo é considerado, do que quando a despesa é vista exclusivamente em termos de volume

período analisado, porém, essa variação cai para 5,3% caso a evolução do quantitativo de servidores também seja considerado. Isso significa que parte da variação no volume de despesas refere-se apenas a um aumento do estoque de servidores cobertos com recursos federais.

Outra consideração refere-se aos percentuais obtidos para o Poder Legislativo. Embora o volume real de despesas tenha crescido 51,0% no período, considerando-se o crescimento do quantitativo de servidores – que chega a 42,9% – o ganho real cai para apenas 5,7%. Já no Poder Executivo, a variação média real dos gastos com Pessoal de apenas 0,6% cai para 0,0% quando computados os quantitativos, ou seja, permanece realmente estagnada durante o período. Assim, quando o quantitativo é considerado, ganhos reais consideráveis só são observados para servidores vinculados aos Poder Judiciário e ao Ministério Público da União.

Por outro lado, analisando apenas o tipo de vínculo e levando-se em consideração os quantitativos, apenas ativos e inativos obtiveram ganhos reais. Uma outra constatação referente apenas aos servidores ativos é que a variação média real é menor quando vista apenas em termos do volume de recursos, do que quando os quantitativos são considerados. Em outras palavras, o volume de recursos cresce, mas o ganho é ainda maior que o crescimento dos recursos porque o total de ativos cai entre 1995 e 2003 – queda de 7,2%. Essa observação é particularmente interessante no caso dos ativos do poder executivo¹³: o volume de despesas cai 9,2% em termos reais durante o período, mas como o estoque de servidores cai ainda mais – queda de 10,4% –, ainda se observa um ganho real de 1,3%. De qualquer forma, essa variação é menor do que o ganho observado para servidores dos demais Poderes da União.

4. Despesas com Pessoal da União: A Lei de Responsabilidade Fiscal

Esta parte do trabalho dirige-se ao estudo das despesas com Pessoal da União em relação aos limites estabelecidos para esse tipo de gasto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Devido a restrições nas informações disponíveis esta análise restringe-se aos exercícios 2002 e 2003.

A Lei Complementar nº 101/00, mais conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece, conforme o *caput* do art. 1º, “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”. Em suma, o objetivo central da LRF é o equilíbrio das contas públicas, através do planejamento e da gestão fiscal responsável, estabelecendo-se regras e limites para gastos com Pessoal, endividamento, operações de crédito, despesas, receitas, etc., sendo aplicável a todos os níveis de governo e seus respectivos Poderes.

de recursos – esse fato ocorre quando ambos os quantitativos e as despesas variam positivamente. Em segundo lugar, e por outro lado, pode ocorrer que a variação média real seja maior quando o quantitativo seja considerado, do que quando apenas o volume de gastos é considerado – isso ocorre quando o estoque de servidores cai e o volume de despesa cresce (ou este cai menos do que a queda do quantitativo), como é o dos servidores ativos.

¹³ Considerando-se também o quantitativo e as despesas relacionados a transferências.

No tocante aos gastos com Pessoal, objeto deste trabalho, a Lei Complementar nº 96/99, conhecida como “Nova Lei Camata” e anterior à LRF, já estabelecia limites para gastos com pagamento de Pessoal para as três esferas de governo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida (RCL). A LRF foi ainda mais específica, pois decompôs esses limites pelos poderes, dividindo a responsabilidade pelos ajustes de despesas que antes recaíam preponderantemente sobre o Poder Executivo. Assim, considerando apenas as restrições impostas à União, objeto de estudo neste trabalho, os limites para gastos com Pessoal da União entre os Poderes é apresentada no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Limite de gastos com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida

Poderes	Limite para despesas com Pessoal sobre a RCL
União	50,0%
Executivo	40,9%
Legislativo	2,5%
Judiciário	6,0%
MPU	0,6%

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 20.

Tendo em vista estes limites, pode-se elaborar os demonstrativos das despesas com Pessoal por Poder e Consolidado. A Tabela 5, a seguir, apresenta o Demonstrativo Consolidado das Despesas com Pessoal da União para os anos 2002 e 2003.

**Tabela 5 – Demonstrativo Consolidado das despesas com Pessoal da União
2002-2003**

Poderes da União	Vínculos, deduções e outras despesas com Pessoal	valores em R\$ milhares correntes	
		Exercício	
		2002	2003
Demonstrativo Consolidado			
1. Despesas com Pessoal			
	Total	74.933.419,6	78.915.233,9
	- Ativos	44.516.046,8	45.363.142,1
	- Inativos	20.040.829,0	22.270.661,5
	- Pensionistas	10.376.543,8	11.281.430,2
2. Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)			
	Total	10.649.264,1	8.760.893,6
	- Decisões Judiciais	3.294.234,3	3.353.840,9
	- Despesas de Exercícios anteriores	3.984.352,4	3.719.790,2
	- Inativos com recursos vinculados	3.269.300,2	1.676.567,9
	- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	101.377,3	10.694,7
3. Outras despesas			
	- Contratos de Terceirização	95.617,7	60.640,4
4. Total da Despesa Líquida com Pessoal (1 - 2 + 3)		64.379.773,2	70.214.980,7
Receita Corrente Líquida		201.927.320,0	224.920.164,0
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal sobre a RCL		31,9%	31,2%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 50,0%		100.963.660,0	112.460.082,0
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 47,5%		95.915.477,0	106.837.077,9
Limite Permitido (art. 71 da LRF)¹		76.025.636,0	78.879.501,5

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Relatório de Gestão Fiscal para a RCL e para o Limite permitido.

Nota: ¹ - Em 2002 o Limite Permitido era de 31,88% da RCL; em 2003, este limite passou para 35,07%.

Os dados indicam que as despesas com Pessoal da União ficaram aquém dos Limites Legal e Prudencial estabelecidos pela LRF. Embora o valor da Despesa Líquida com Pessoal em relação ao Limite Legal tenha caído em termos percentuais entre 2002 e 2003, o valor subiu em caso se considere o valor estabelecido no Limite Permitido – de 84,7% para 89,0%. Isso significa que a margem para aumento das despesas com Pessoal diminuiu, embora ainda seja relativamente considerável.

No tocante aos Poderes da União, pode-se verificar pelas tabelas no Anexo¹⁴ que todos os Poderes realizaram gastos com Pessoal dentro dos Limites Legais e Prudenciais permitidos pela LRF. Por outro lado, pode-se verificar que as despesas com Pessoal do Poder Executivo e do Ministério Público da União são as que mais se aproximam do Limite Prudencial estabelecido pela legislação, embora apenas este, dentre os dois, tenha adquirido ganhos reais ao se considerar os quantitativos de servidores vinculados a cada um.

¹⁴ Para consultar os Demonstrativos das Despesas com Pessoal de cada Poder, consultar as Tabelas A4, A5, A6 e A7, no Anexo.

5. Considerações Finais

Os dados indicam que as despesas com Pessoal da União cresceram em magnitude no período entre 1995 e 2003, mas grande parte desse crescimento está relacionado a um aumento das despesas com o pagamento de inativos e pensionistas, pois, considerando todo o período, as despesas com servidores ativos terminaram o período praticamente nos mesmos patamares das despesas observadas no início da série. Apesar dessa constatação, o nível de gasto com servidores ativos mantém-se a partir de 2000 em patamares superiores aos anos anteriores, enquanto o período de maior elevação dos gastos com inativos e pensionistas é justamente entre os anos anteriores a 2000.

Por outro lado, analisando a tendência observada ao longo do período, verifica-se que as despesas com Pessoal perdem magnitude em relação ao PIB, embora se mantenham relativamente estáveis ao longo do período. Observa-se também que essas despesas passam a representar menos do gasto não-financeiro do governo federal, que, por sua vez, também perde magnitude, e de modo mais acelerado, em relação à despesa total do governo, cuja prioridade passa a destinar-se ao pagamento de juros e encargos das dívidas interna e externa. Assim, verifica-se uma tendência de queda na margem de recursos disponíveis para o governo federal aplicar em outras áreas, na medida em que os gastos financeiros crescem demasiadamente e as despesas com Pessoal, por mais que possam variar, são relativamente vinculadas.

Em relação às despesas com Pessoal de cada Poder, verifica-se que o volume de gastos do Poder Executivo é muito maior que a magnitude das despesas dos demais poderes, o que reflete a amplitude do seu quantitativo de servidores. Por outro lado, combinando o volume de despesas e o quantitativo, observa-se que os servidores vinculados ao Poder executivo foram os que menos obtiveram ganhos em termos reais durante o período, sendo consideráveis os ganhos dos servidores ligados ao Poder Judiciário e ao Ministério Público da União.

Finalmente, uma análise das despesas com Pessoal da União em relação às restrições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) revela que todos os poderes realizam suas despesas dentro dos limites Legal e Prudencial estabelecidos pela LRF. Por outro lado, as despesas com Pessoal do Poder Executivo e do Ministério Público da União são as que mais se aproximam do Limite Prudencial estabelecido pela legislação, embora apenas este, dentre os dois, tenha adquirido ganhos reais ao se considerar os quantitativos de servidores vinculados a cada um. Assim, o pequeno ganho real percebido por servidores do Poder Executivo pode, em parte, estar associado aos limites estabelecidos pela LRF: na medida em que o quantitativo de servidores ligados àquele Poder é consideravelmente maior do que o dos demais, pequenos aumentos de recursos podem elevar as despesas com Pessoal a níveis não desejáveis em termos da gestão fiscal responsável.

Bibliografia

Boletim Estatístico de Pessoal nº 93. Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, janeiro de 2004.

Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão Fiscal – 2002. Brasília, janeiro de 2003.

Ministério da Fazenda. Relatório de Gestão Fiscal – 2003. Brasília, janeiro de 2003.

Nascimento, E. R., e Gerardo, J. C. *Dois anos da lei de Responsabilidade Fiscal*. Secretaria do Tesouro Nacional.

Nascimento, E. R., e Debus, I. *Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Secretaria do Tesouro Nacional, abril de 2002.

Nascimento, E. R. *Três anos da lei de Responsabilidade Fiscal*. Secretaria do Tesouro Nacional.

Anexos

**Tabela A1 – Evolução das despesas com Pessoal da União
1995-2003**

R\$ milhões correntes

Poderes da União	Despesas com Pessoal	Evolução anual das despesas com Pessoal								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Executivo	Ativos	19.845,3	20.301,6	21.325,6	21.400,1	22.444,0	26.449,4	28.258,9	34.461,4	34.383,4
	Inativos	9.336,4	10.416,9	11.274,3	12.533,1	13.793,9	14.361,4	16.649,8	17.584,8	19.466,2
	Pensionistas	4.425,7	4.893,9	5.564,4	6.389,3	7.175,8	7.790,5	8.873,4	9.804,0	10.602,2
	Total	33.607,3	35.612,4	38.164,3	40.322,4	43.413,7	48.601,2	53.782,1	61.850,2	64.451,9
Legislativo	Ativos	901,5	1.050,5	1.240,4	1.271,9	1.318,9	1.368,8	1.710,9	1.988,9	2.398,4
	Inativos	257,5	322,6	380,6	458,0	512,3	533,6	577,1	738,7	860,1
	Pensionistas	54,2	71,1	87,4	93,8	115,9	125,5	138,2	188,4	224,5
	Total	1.213,1	1.444,1	1.708,5	1.823,8	1.947,1	2.027,8	2.426,1	2.915,9	3.482,9
Judiciário	Ativos	2.118,3	2.450,6	3.302,0	4.008,3	4.377,1	5.465,3	6.758,3	7.314,7	7.562,3
	Inativos	538,4	605,9	795,5	990,5	1.139,6	1.266,7	1.368,1	1.556,9	1.758,6
	Pensionistas	120,2	130,0	159,4	186,4	212,7	244,1	276,2	340,3	401,9
	Total	2.776,9	3.186,5	4.257,0	5.185,1	5.729,3	6.976,2	8.402,6	9.211,8	9.722,8
MPU	Ativos	217,8	235,4	310,1	408,5	346,0	502,0	617,6	751,0	1.019,1
	Inativos	57,8	66,4	72,4	82,7	84,2	118,2	134,8	160,5	185,7
	Pensionistas	15,9	17,1	17,5	20,3	21,9	28,1	34,4	43,9	52,9
	Total	291,5	318,9	400,0	511,5	452,0	648,3	786,8	955,4	1.257,7
Total	Ativos	23.082,9	24.038,0	26.178,1	27.088,7	28.485,9	33.785,4	37.345,6	44.516,0	45.363,1
	Inativos	10.190,1	11.411,8	12.522,8	14.064,3	15.529,9	16.279,9	18.729,8	20.040,8	22.270,7
	Pensionistas	4.615,9	5.112,2	5.828,8	6.689,8	7.526,4	8.188,3	9.322,2	10.376,5	11.281,4
	Total	37.888,9	40.562,0	44.529,7	47.842,8	51.542,2	58.253,6	65.397,6	74.933,4	78.915,2

Fonte: SOF/SIDOR 1995-2003.

Tabela A2 – Evolução das despesas com Pessoal da União, considerando-se os quantitativos 1995-2003

R\$ constantes (IPCA dez/2003)

Poder	Vínculo	Média de gasto anual por servidores da União, segundo o Poder e o tipo de vínculo								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1. Executivo	Ativos	38.665,2	34.419,7	34.813,2	36.382,4	35.246,7	38.588,0	39.666,7	47.048,6	39.166,7
	Aposentados	35.119,2	32.804,8	33.221,5	34.717,3	35.883,3	34.988,6	38.290,2	37.234,1	35.520,0
	Inst.Pensão	26.189,8	23.050,4	23.719,5	25.290,1	26.964,8	26.618,9	27.670,4	27.432,0	25.237,1
	Total	34.491,4	31.136,1	31.564,7	32.855,0	33.076,6	34.319,8	35.951,4	38.849,6	34.447,5
2. Legislativo	Ativos	100.972,8	100.557,5	102.140,4	103.564,4	90.157,3	95.815,4	109.142,3	112.756,0	107.114,9
	Aposentados	117.817,3	133.178,2	125.780,6	145.951,4	85.966,9	97.825,4	105.239,7	125.209,3	121.284,5
	Inst.Pensão	52.557,6	57.258,7	62.902,3	61.336,8	44.734,1	49.031,6	51.256,3	63.551,1	64.065,2
	Total	99.899,6	102.351,0	103.165,6	107.599,4	84.006,8	90.937,7	101.688,4	110.018,9	105.588,3
3. Judiciário	Ativos	63.694,7	59.208,6	69.813,7	80.500,9	80.055,4	91.949,0	106.080,9	104.648,3	94.312,6
	Aposentados	70.344,7	88.630,1	91.640,6	99.495,3	108.256,8	111.980,4	113.098,9	118.172,3	111.138,5
	Inst.Pensão	74.472,3	55.969,7	57.497,8	59.701,5	61.373,8	62.838,3	64.535,3	70.761,1	74.001,9
	Total	65.297,7	63.042,5	72.457,8	82.474,5	83.438,6	93.472,9	104.918,3	104.824,4	95.851,6
4. MPU	Ativos	80.402,6	72.376,5	71.669,9	90.154,4	71.488,1	93.276,6	133.603,8	150.216,2	136.647,0
	Aposentados	135.119,7	81.482,5	80.086,1	84.833,2	80.334,8	104.142,6	150.796,9	180.816,1	129.519,5
	Inst.Pensão	84.618,6	49.924,3	43.672,6	51.802,7	50.486,7	58.239,0	91.260,2	105.167,2	82.701,0
	Total	87.694,6	72.309,6	71.024,3	86.730,6	71.513,7	92.618,8	133.504,1	151.543,7	131.969,7
Total geral	Ativos	41.341,6	37.268,5	38.702,8	41.371,6	40.076,9	44.194,8	46.878,4	53.946,7	45.918,5
	Aposentados	36.894,2	34.830,3	35.577,2	37.497,6	38.638,9	38.005,0	41.320,1	40.702,2	38.909,2
	Inst.Pensão	26.861,2	23.643,2	24.372,2	25.961,3	27.609,0	27.330,6	28.417,6	28.379,9	26.255,5
	Total	37.655,5	34.121,5	35.130,2	37.159,6	37.205,4	39.030,4	41.437,7	44.498,2	39.656,2

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Boletim Estatístico de Pessoal nº 92, de janeiro de 2004, para os quantitativos.

Notas: 1 - Refere-se ao gasto acumulado de janeiro a dezembro de cada ano por servidor, corrigidos para dezembro de 2003 pelo IPCA mensal.

2 - O quantitativo e as despesas com transferências estão inclusas nos gastos do Poder Executivo.

3 - Não estão inclusos os quantitativos de servidores ativos de Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista.

Tabela A3 – Variação real anual das despesas com Pessoal da União, considerando-se os quantitativos 1995-2003

(em %)

Poderes da União	Despesas com Pessoal	Variação real anual do volume de despesa, considerados os quantitativos de cada Poder								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Executivo	Ativos	-	-11,0%	1,1%	4,5%	-3,1%	9,5%	2,8%	18,6%	-16,8%
	Inativos	-	-6,6%	1,3%	4,5%	3,4%	-2,5%	9,4%	-2,8%	-4,6%
	Pensionistas	-	-12,0%	2,9%	6,6%	6,6%	-1,3%	4,0%	-0,9%	-8,0%
	Total	-	-9,7%	1,4%	4,1%	0,7%	3,8%	4,8%	8,1%	-11,3%
Legislativo	Ativos	-	-0,4%	1,6%	1,4%	-12,9%	6,3%	13,9%	3,3%	-5,0%
	Inativos	-	13,0%	-5,6%	16,0%	-41,1%	13,8%	7,6%	19,0%	-3,1%
	Pensionistas	-	8,9%	9,9%	-2,5%	-27,1%	9,6%	4,5%	24,0%	0,8%
	Total	-	2,5%	0,8%	4,3%	-21,9%	8,3%	11,8%	8,2%	-4,0%
Judiciário	Ativos	-	-7,0%	17,9%	15,3%	-0,6%	14,9%	15,4%	-1,4%	-9,9%
	Inativos	-	26,0%	3,4%	8,6%	8,8%	3,4%	1,0%	4,5%	-6,0%
	Pensionistas	-	-24,8%	2,7%	3,8%	2,8%	2,4%	2,7%	9,6%	4,6%
	Total	-	-3,5%	14,9%	13,8%	1,2%	12,0%	12,2%	-0,1%	-8,6%
MPU	Ativos	-	-10,0%	-1,0%	25,8%	-20,7%	30,5%	43,2%	12,4%	-9,0%
	Inativos	-	-39,7%	-1,7%	5,9%	-5,3%	29,6%	44,8%	19,9%	-28,4%
	Pensionistas	-	-41,0%	-12,5%	18,6%	-2,5%	15,4%	56,7%	15,2%	-21,4%
	Total	-	-17,5%	-1,8%	22,1%	-17,5%	29,5%	44,1%	13,5%	-12,9%
Total	Ativos	-	-9,9%	3,8%	6,9%	-3,1%	10,3%	6,1%	15,1%	-14,9%
	Inativos	-	-5,6%	2,1%	5,4%	3,0%	-1,6%	8,7%	-1,5%	-4,4%
	Pensionistas	-	-12,0%	3,1%	6,5%	6,3%	-1,0%	4,0%	-0,1%	-7,5%
	Total	-	-9,4%	3,0%	5,8%	0,1%	4,9%	6,2%	7,4%	-10,9%

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Boletim Estatístico de Pessoal nº 92, de janeiro de 2004, para os quantitativos.

Notas: 1 - Para o cálculo das variações, as despesas foram corrigidas para dezembro de 2003 pelo IPCA mensal.

2 - O quantitativo e as despesas com transferências estão inclusas nos gastos do Poder Executivo.

3 - Não estão inclusos os quantitativos de servidores ativos de Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista.

**Tabela A4 – Demonstrativo das despesas com Pessoal, Poder Executivo
2002-2003**

		valores em R\$ milhares correntes	
Poderes da União	Vínculos, deduções e outras despesas com Pessoal	2002	2003
		Executivo	
1. Despesas com Pessoal			
	Total	61.850.225,6	64.451.882,7
	- Ativos	34.461.425,0	34.383.449,0
	- Inativos	17.584.811,3	19.466.219,6
	- Pensionistas	9.803.989,2	10.602.214,2
2. Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)			
	Total	7.626.699,6	6.310.610,6
	- Decisões Judiciais	2.630.270,1	2.732.075,1
	- Despesas de Exercícios anteriores	2.495.558,5	2.316.983,0
	- Inativos com recursos vinculados	2.399.533,9	1.250.925,2
	- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	101.337,1	10.627,4
3. Outras despesas			
	- Contratos de Terceirização	85.995,4	53.249,2
4. Total da Despesa Líquida com Pessoal (1 - 2 + 3)		54.309.521,3	58.194.521,3
Receita Corrente Líquida		201.927.320,0	224.920.164,0
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal sobre a RCL		26,9%	25,9%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 40,9%		82.588.273,9	91.992.347,1
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 38,86%		78.458.860,2	87.392.729,7

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Relatório de Gestão Fiscal para a RCL.

**Tabela A5 – Demonstrativo das despesas com Pessoal, Poder Legislativo
2002-2003**

Poderes da União	Vínculos, deduções e outras despesas com Pessoal	valores em R\$ milhares correntes	
		Exercício	
		2002	2003
Legislativo			
1. Despesas com Pessoal			
	Total	2.915.937,2	3.482.916,0
	- Ativos	1.988.906,6	2.398.364,7
	- Inativos	738.654,9	860.095,1
	- Pensionistas	188.375,7	224.456,3
2. Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)			
	Total	384.612,5	221.773,7
	- Decisões Judiciais	66,6	-
	- Despesas de Exercícios anteriores	240.948,7	150.404,2
	- Inativos com recursos vinculados	143.597,2	71.369,5
	- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	-	-
3. Outras despesas			
	- Contratos de Terceirização	3.845,4	4.539,2
4. Total da Despesa Líquida com Pessoal (1 - 2 + 3)		2.535.170,2	3.265.681,5
Receita Corrente Líquida		201.927.320,0	224.920.164,0
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal sobre a RCL		1,3%	1,5%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2,5%		5.048.183,0	5.623.004,1
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 2,38%		4.795.773,9	5.341.853,9

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Relatório de Gestão Fiscal para a RCL.

**Tabela A6 – Demonstrativo das despesas com Pessoal, Poder Judiciário
2002-2003**

Poderes da União	Vínculos, deduções e outras despesas com Pessoal	valores em R\$ milhares correntes	
		Exercício	
		2002	2003
Judiciário			
1. Despesas com Pessoal			
	Total	9.211.809,3	9.722.779,4
	- Ativos	7.314.682,8	7.562.258,1
	- Inativos	1.556.876,1	1.758.636,1
	- Pensionistas	340.250,4	401.885,3
2. Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)			
	Total	2.401.080,5	1.921.353,2
	- Decisões Judiciais	655.888,5	618.414,2
	- Despesas de Exercícios anteriores	1.117.643,2	981.699,1
	- Inativos com recursos vinculados	627.508,7	321.172,6
	- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	40,2	67,3
3. Outras despesas			
	- Contratos de Terceirização	5.776,9	2.852,0
4. Total da Despesa Líquida com Pessoal (1 - 2 + 3)		6.816.505,7	7.804.278,2
Receita Corrente Líquida		201.927.320,0	224.920.164,0
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal sobre a RCL		3,4%	3,5%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,0%		12.115.639,2	13.495.209,8
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%		11.509.857,2	12.820.449,3

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Relatório de Gestão Fiscal para a RCL.

**Tabela A7 – Demonstrativo das despesas com Pessoal, Ministério Público da União
2002-2003**

Poderes da União	Vínculos, deduções e outras despesas com Pessoal	valores em R\$ milhares correntes	
		Exercício	
		2002	2003
MPU			
1. Despesas com Pessoal			
	Total	955.447,5	1.257.655,7
	- Ativos	751.032,4	1.019.070,4
	- Inativos	160.486,6	185.710,7
	- Pensionistas	43.928,5	52.874,6
2. Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)			
	Total	236.871,5	307.156,0
	- Decisões Judiciais	8.009,1	3.351,6
	- Despesas de Exercícios anteriores	130.202,0	270.703,9
	- Inativos com recursos vinculados	98.660,4	33.100,5
	- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	-	-
3. Outras despesas			
	- Contratos de Terceirização	-	-
4. Total da Despesa Líquida com Pessoal (1 - 2 + 3)		718.576,0	950.499,7
Receita Corrente Líquida		201.927.320,0	224.920.164,0
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal sobre a RCL		0,4%	0,4%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,6%		1.211.563,9	1.349.521,0
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 0,57%		1.150.985,7	1.282.044,9

Fonte: SOF/SIDOR para as despesas. Relatório de Gestão Fiscal para a RCL.